

**ACTA N.º 1/2006**

Aos vinte e dois dias do mês de Fevereiro de 2006, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do GATAT, pelas 14,30 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. Análise, Discussão e Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal;**
- 2. Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a Actividade Municipal;**
- 3. Documentos Previsionais 2006 / Rectificação**
- 4. Proposta de Regulamento da Plataforma Logística Internacional do Vale do Tâmega;**
- 5. Situação da Saúde no Concelho de Chaves**

A reunião teve início com a chamada dos Deputados Municipais, tendo-se registado as seguintes faltas:

Manuel Jorge Pires Fernandes  
Manuel Norberto da Costa Santos  
Raul Fernandes Salvador  
Júlio Manuel Abambres Carneiro

A acta número um, referente à sessão anterior foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os deputados.

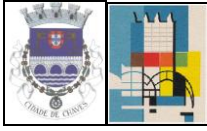
O Senhor deputado António Manuel Pires de Almeida solicitou que na sua intervenção da página 21, no 2º parágrafo onde se diz «Documentos Provisoriais», deverá dizer-se “Documentos Provisoriais”:

A Senhora deputada Paula Cristina Barros Teixeira dos Santos, solicitou que na sua intervenção da página 11, onde se diz.....«vai de encontro à vontade dos deputados da sua bancada», deverá dizer-se .....” Vai ao encontro da vontade dos deputados da sua bancada”.

*Posta à votação foi aprovada por maioria com duas abstenções, por ausência na última assembleia.*

Passou-se à leitura da correspondência recebida desde a última reunião, nomeadamente um ofício emanado da Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças da Assembleias da República, em resposta à Moção apresentada na Assembleia Municipal de Dezembro, pelo Senhor deputado da CDU – Manuel Justino Matos Cunha, sobre a Proposta de Orçamento de Estado para 2006, dizendo que da mesma foi dado conhecimento a todos os Grupos Parlamentares.

Igualmente foi lido o ofício nº. 50145, da Administração dos CTT. , em resposta à Moção apresentada na sessão anterior deste Órgão pelo Grupo Municipal do PS. Nesse documento os CTT dizem que foi feita uma reunião no dia 1 de Fevereiro em curso entre um responsável da Empresa e o Presidente da Assembleia Municipal de Chaves, em que foi feito o ponto da situação do Centro de Distribuição de Chaves e referenciadas as dificuldades pontuais, com as situações anormais motivadas com ao absentismo imprevisto com o pessoal efectivo e contratado. Comunica também que



na primeira quinzena do mês em curso a equipe de distribuição ficará estabilizada, o que permitirá maior eficiência e produtividade, o que se irá reflectir na melhor qualidade de serviço e na satisfação das necessidades dos seus clientes. Pedem maior atenção para a identificação das ruas.

Iniciou-se o “**Período Antes da Ordem do Dia**”, com o uso da palavra pelos seguintes deputados:

**ANSELMO JOSÉ MARTINS** do PS – depois de saudar os presentes perguntou ao Presidente da Câmara se o arranjo feito ao fundo da Av. D. João I, em frente à Quinta do Pinheiro, o qual lhe parece estar concluído, se destina a estacionamento de camiões pesados ou se é uma mera escapatória à rotunda para os automobilistas que vêm da aldeia de Outeiro Jusão.

Fez um reparo em relação à reposição provisória dos pavimentos, nas várias artérias da cidade e à qualidade do repavimento definitivo, que após a sua colocação entra imediatamente em processo de degradação.

Disse não entender o objectivo da alteração feita ao trânsito no Jardim do Bacalhau, bem como na Rua Alferes João Batista que é quase toda de sentido único, e junto ao Lar de Santa Marta tem um pequeno trecho de sentido duplo, o que no seu entender, se torna numa armadilha para os automobilistas.

Apelou ao Presidente da Câmara para o cumprimento dos protocolos assinados com as Juntas de Freguesia, cujos Presidentes se queixam que as transferências não são realizadas atempadamente e a sua honra é colocada em causa.

**MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA**, da CDU – pediu ao Presidente da Câmara esclarecimento sobre a data provável da construção do Casino, porque a resposta que lhe foi dada na última reunião não coincide com uma informação prestada na reunião deste Órgão autárquico realizada em Fevereiro de 2002, onde se anunciava essa construção para finais de 2003 e o então IP3 para Julho de 2005.

Perguntou ainda qual a veracidade das notícias vindas a público, através das quais o Governo se propõe extinguir freguesias com menos de 1000 habitantes, situação que o preocupa porque a esmagadora maioria das Freguesias do nosso Concelho tem muito menos. É um conjunto de medidas que aqui se reflectem mais na questão das autarquias, da educação e do ensino básico, mas noutras regiões passa também pelos serviços de urgência, parecendo haver uma predisposição para acabar com uma parte do interior.

Em relação à rede escolar disse que quer os governos, quer as câmaras tiveram dez anos para fazer a sua reestruturação e não o fizeram. O Governo está a fazê-lo agora, apressadamente, e não envolveu as populações interessadas. Propõe que este assunto seja agendado para uma próxima Assembleia Municipal e se tome uma posição séria sobre ele.

**JOSÉ PIMENTEL SARMENTO** do PSD – usou da palavra para dizer que após um ano de governação socialista se verifica que, analisando a sua política economicista o Partido Socialista começou por comunicar o encerramento de vários postos da G.N.R e da P.S.P, Maternidades, Serviços Agrícolas, Centros de Saúde e Escolas, penalizando desta forma todo o interior, já desertificado, agravando assim, mais as assimetrias.

Aguarda-se que a Senhora Ministra da Educação dê a conhecer finalmente quais as escolas que vão efectivamente encerrar, situação que nos preocupa tendo em conta o rigor do Inverno por estas paragens e vai contribuir para uma cada vez menor fixação de pessoas no interior rural.



Estamos também preocupados com a posição do Governo no que respeita ao sistema nacional de Saúde, onde o Senhor Ministro Correia de Campos põe a hipótese de avançar com o pagamento por escalões, em função dos resultados económicos do corrente ano. Os reformados e pensionistas passarão a apresentar todos a sua declaração do IRS nos Centros de Saúde, independentemente dos rendimentos que auferiram. Se isso se concretizar, estas medidas são contra a saúde e a vida dos cidadãos mais desfavorecidos, que são um milhão de pensionistas, os quais têm em média uma reforma ou pensão na ordem dos duzentos a trezentos euros mensais e que, com certeza, não lhes vai permitir custear as despesas de saúde.

Também o Governo Socialista anunciou a reorganização do mapa das freguesias, com a possível extinção ou fusão de mil a duas mil autarquias, chamando-lhe política de desenvolvimento regional e rural. Portugal é um País Municipalista que se rege na divisão territorial por freguesias e municípios e este modelo administrativo tem sido benéfico ao longo dos séculos, pela sua função de proximidade junto das populações, pela sua história, os seus valores culturais, enraizados nos seus costumes e tradições, que devem ser preservados.

Isto, no meu entender, é mais um ataque ao interior do País e não é com 0,2% do PIB que se vai resolver o défice orçamental. O poder local não tem receio de ser avaliado pela sua produtividade, razão porque as freguesias não são um problema, pelo contrário, fazem parte da solução do progresso e do bem-estar das suas populações.

Referiu os 150 mil postos de trabalho prometidos pelo Governo socialista na sua campanha eleitoral e as dúvidas levantadas pela União Europeia, à eficácia das medidas tomadas para combate ao défice público; somos considerados os mais pobres da União Europeia, ultrapassados por alguns países de leste que entraram para o “clube dos 25” há muito pouco tempo, incluindo a República Checa.

Mencionou ainda a morte do sacerdote português assassinado em Angola, a destruição de símbolos cristãos e até igrejas, por fundamentalistas, mas não ouviu o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros pronunciar-se sobre o assunto. Ouviu-o sim criticar as caricaturas de Maomé, publicadas em jornais ocidentais que defendem a liberdade de expressão, apesar de, pessoalmente, considerar a situação de muito mau gosto.

Fez ainda referência à taxa de desemprego, à inflação, ao aumento dos impostos, dos combustíveis, ao aumento da quota da Segurança Social e à Gripe das Aves.

**ANA PAULA FERNANDES DE JESUS MOURA** do PS – referiu - se ao Reordenamento da Rede Escolar do 1º. Ciclo e perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se já existe a proposta consensual da DREN, uma vez que já houve reuniões com aquela entidade, depois da última Assembleia Municipal e qual a data previsível dessa mesma proposta vir a este Órgão para discussão e sancionamento.

**ANTÓNIO BARREIRA BATISTA** da CDU – depois de saudar os presentes perguntou ao Presidente da Câmara se tem algum fundamento os rumores que correm sobre a possível alienação dos terrenos do actual Estádio Municipal a troco de um outro terreno onde virá a ser construído o futuro campo de jogos do Grupo Desportivo de Chaves.

Disse congratular-se com a comunicação dos CTT., embora verifique que aquela Entidade não teve a humildade de pedir desculpa pelos incómodos causados à população do Concelho de Chaves, mas que, enquanto não se verificarem melhorias substantivas nos serviços que prestam, esta Assembleia Municipal deverá ponderar,



seriamente, outra forma de intervenção que poderá passar por uma conferência de imprensa.

**NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO** do PSD – saudou os presentes e em seguida referiu-se ao acto eleitoral ocorrido no passado dia vinte e dois de Janeiro, em que foi eleito o novo Presidente da República.

Na sequência desse facto disse cumprimentar toda a população do Concelho de Chaves que, mais uma vez, mostrou maturidade democrática no decorrer do acto eleitoral; No rescaldo do mesmo, saudar respeitosamente todos os candidatos que se submeteram a sufrágio; Felicitar o Presidente da República eleito, de quem aguardamos um desempenho competente e capaz de mobilizar os Portugueses no caminho do desenvolvimento;

Uma especial satisfação pelo facto de o Professor Cavaco Silva ter sido claramente vencedor, em todas as freguesias, no nosso Concelho (**65.39%**) superando mesmo a média nacional (**50.54%**) e distrital (**64.48%**). Os Flavienses reconheceram neste candidato a estabilidade política, a capacidade de acção, o rigor e sentido de responsabilidade que gostariam de ver no exercício do mandato do mais alto cargo da nação.

Agradecer a todos os que, sob qualquer forma, mesmo a mais simples, contribuíram para este resultado no Concelho e para o resultado histórico a nível nacional do Professor Cavaco Silva; Salientar o compromisso por ele assumido, de vir a Chaves depois da sua eleição.

*Seguidamente referiu o “Novo ciclo de aplicação dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão para 2007-2013”*

“Em 2007 iniciar-se-á um novo período de utilização dos fundos europeus.

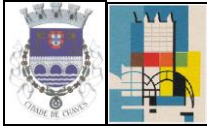
O montante global de recursos financeiros que será disponibilizado a Portugal no âmbito do próximo Quadro Comunitário de Apoio e que se situará em cerca de 22,5 mil milhões de euros, de acordo com os resultados do último Conselho Europeu de Bruxelas, apesar de ser considerado largamente satisfatório nas actuais circunstâncias europeias, representa uma perda em relação ao QCA ainda em vigor.

Se, só por si, este cenário de redução de recursos financeiros apela a uma rigorosa definição de critérios na aplicação dos novos fundos, as avaliações que têm vindo a ser realizadas sobre a utilização dos anteriores quadros comunitários de apoio, mostram que, não obstante o bom nível de realização, sobretudo em matéria de coesão, permitiu reduzir a amplitude das disparidades regionais, permanecendo ainda graves bloqueios estruturais. O principal indicador desta situação é traduzido pela própria evolução da economia portuguesa, em clara divergência, nos últimos anos, com a UE.

Com efeito, Portugal continua a revelar níveis de desempenho insatisfatórios em domínios críticos para o seu desenvolvimento e capacidade de afirmação internacional, nomeadamente no que diz respeito à capacidade competitiva das empresas, ao papel e à eficácia do funcionamento do Estado, ao nível da qualificação das pessoas, em matéria de sustentabilidade ambiental e de ordenamento do território.

Neste quadro, em que para além da redução do montante dos investimentos a realizar, importa enfrentar com mais eficácia os desafios estruturais que condicionam o progresso económico e social do País, exige-se uma profunda reflexão sobre os novos caminhos a seguir.

Nos documentos que têm vindo a ser divulgados pelo Governo português, tendo em vista a preparação desta nova fase de programação dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão, identificam-se os princípios da concentração, selectividade e sustentabilidade financeira dos novos investimentos, como os critérios chave a



adoptar na selecção das prioridades do novo Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), e do formato dos novos Programas Operacionais. O não cumprimento destes princípios é, aliás, apontado como uma das justificações para o menor impacto na economia e na sociedade portuguesa das políticas públicas apoiadas pelos anteriores QCA.

No que diz respeito às prioridades estratégicas do novo QREN, foram já anunciadas quatro áreas fundamentais: **Promover o Crescimento Sustentado; Garantir a Coesão Social; Qualificar as Cidades e o Território; Assegurar a “Governança Eficiente”**.

Sendo indiscutível a importância de garantir uma concentração de esforços em domínios estratégicos para se desbloquearem os atrasos estruturais da economia e da sociedade portuguesa, e de se assumirem novas práticas na montagem e gestão dos novos programas, importa ter presente que tal não basta. É igualmente necessário garantir que se identifiquem os projectos chave, nas diferentes áreas de intervenção, e se mobilizem todos aqueles que podem contribuir para o seu desenho e implementação, de modo a que eles tenham verdadeiro impacto ao nível dos objectivos fixados.

É neste contexto relacionado com a questão da "Governança eficiente" que se coloca, tanto a nível nacional como europeu, o tema central do papel do Estado e das administrações públicas e a necessidade da sua reforma estrutural com vista à sua modernização e racionalização.

Ainda nesta perspectiva aos municípios deve também caber um papel importante neste esforço colectivo de preparação desta nova etapa de aplicação dos fundos europeus.

Desde logo, ao nível do conhecimento mais integrado das realidades locais, contribuindo para que as estratégias a adoptar regionalmente sejam efectivamente diferenciadas e ajustadas a quadros de problemas e de potencialidades específicos.

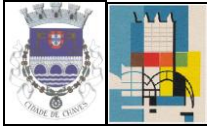
No esforço que necessariamente terá de existir de uma maior coordenação entre iniciativas e acções a empreender, quer do ponto de vista sectorial, quer territorial, os municípios deverão, igualmente, participar de forma activa no processo, designadamente dinamizando plataformas de discussão e concertação inter-municipal das quais possam, na prática, resultar estratégias e projectos de maior escala e qualidade nos domínios dos problemas sociais, dos transportes, das questões ambientais, do ordenamento do território, e do próprio desenvolvimento económico.

Finalmente, no que toca à desejável mobilização e maior cooperação dos agentes económicos e sociais, tendo em vista a procura de respostas inovadoras e uma maior possibilidade de as pôr em prática, os municípios dispõem já de uma experiência que deverá ser valorizada de construção e animação de parcerias envolvendo instituições públicas e privadas em diversas áreas de intervenção. Este capital de conhecimento e de relacionamento adquirido ao longo destes anos constitui uma mais valia num momento em que, de acordo com os resultados divulgados do último Conselho Europeu de Bruxelas, *os Fundos Estruturais e de Coesão passam a poder abranger projectos de parcerias Público-Privadas*, que serão elegíveis na sua totalidade.

É pois neste quadro de uma participação activa dos municípios na preparação do QREN 2007-2013 que a Câmara Municipal de Chaves deve afirmar o seu empenho em contribuir decisivamente para que os objectivos centrais da Estratégia de Lisboa possam ter a necessária concretização neste espaço territorial”.

**ANTÓNIO MANUEL PIRES DE ALMEIDA** do PS – leu o seguinte requerimento: “No âmbito da política de delegação de competências, tem vindo o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Chaves a assinar com os Senhores Presidentes das Juntas de





Freguesia do Concelho, determinados protocolos aonde ficam plasmados o tipo de trabalhos a executar e a importância a transferir pela Câmara, para as Juntas de Freguesia.

Os Senhores Vereadores do Partido Socialista na Câmara Municipal e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal sempre aprovaram e aplaudiram esse tipo de iniciativa do Município de Chaves.

Temos conhecimento, que o Senhor Presidente da Câmara não tem efectuado, como era seu dever, as transferências de capital para pagamento dos trabalhos já efectuados e confirmados pelos serviços municipais de acordo com os protocolos assinados, faltando assim ao compromisso assumido perante os Senhores Presidentes das Juntas que se vêm confrontados com os pedidos de pagamento apresentados pelos senhores empreiteiros e fornecedores de serviços, que não podem satisfazer.

Sabemos que há protocolos que foram assinados nos anos de 2004 e 2005, cujos trabalhos foram integralmente realizados pelas Juntas de Freguesia mas para os quais a Câmara ainda não transferiu qualquer verba.

Para que possamos avaliar com rigor o grau de execução desta iniciativa, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, vem requerer a V. Exa. nos forneça na próxima Assembleia Municipal uma lista aonde conste o nome de todas as freguesias que assinaram protocolos nos anos de 2003, 2004 e 2005; o número de protocolos assinados em cada ano por cada freguesia e os respectivos encargos financeiros; o número de protocolos executados e respectivos encargos assumidos; por último as verbas transferidas para cada freguesia, pela Câmara Municipal.”

Recordou o requerimento que entregou na última Assembleia relacionado com a qualidade da água de abastecimento público no Concelho, e disse que não ficou satisfeito com a resposta dada verbalmente pelo Senhor Presidente da Câmara, na qual explicou que os dados requeridos estão disponíveis na Divisão de Abastecimento Público da Câmara Municipal e que ali podem ser consultados por quem o desejar.

Disse que quando em 2002 o PSD chegou à Câmara Municipal estava em fase de conclusão a Via de Cintura Norte de Vidago e havia um compromisso do Instituto de Estradas de realizar uma rotunda na convergência dessa via, com a Estrada Nacional nº.2. Passaram quatro anos e a obra não foi concluída, o que origina conflitos de trânsito no lugar e pede que seja executada.

Numa reunião de Câmara realizada em Vidago, em Dezembro de 2003, foram abertos dois concursos de obras fundamentais para aquela Vila; a requalificação de Estrada Nacional nº. 2, por parte do Instituto de Estradas, que ainda não foi feita porque está dependente da conclusão dos trabalhos de infraestruturas a efectuar pela Câmara Municipal e a requalificação do Campo da Feira, no Apeadeiro de Campilho e Rua Faria de Morais. É uma obra que se arraste há mais de ano e meio, em que se faz e desfaz, e não há a responsabilização pelos atrasos e gastos desnecessários ali efectuados.

Foi feita recentemente a requalificação da estrada “Freixeda (localidade da Freguesia de Capeludos/Vila Pouca de Aguiar) – Limite de Vila Pouca”. É uma obra financiada por fundos comunitários. Faltam mil e oitocentos metros lineares para concluir a pavimentação desta estrada em tapete, que pertencem ao Concelho de Chaves. É um troço que está em muito mau estado e visto assim parece que “não estamos no mesmo País, no mesmo Concelho e no mesmo Agrupamento de Municípios do Alto Tâmega”

Termina perguntando quando serão instalados os serviços Municipais de Vidago, uma vez que foram concluídas as obras no antigo Centro de Saúde de Vidago,



nomeadamente o Gabinete Municipal de Atendimento, a Biblioteca e o GTL. Referiu os materiais aplicados na cobertura destas instalações.

**PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VILARELHO DA RAIA – Rogério Aires Sanches** – usou da palavra para dizer que estando aqui representadas 51 freguesias do Concelho não entende como um Senhor deputado, que deve representar todo o Concelho, veio fazer “lamúrias” da sua Freguesia. Que da próxima vez que usar da palavra para lamentar a falta de obras da sua freguesia, o faça também em relação às outras porque, nomeadamente a sua, também tem carências que gostaria de ver resolvidas.

**PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VILAR DE NANTES – Carlos António Batista Feliz** – Saudou os presentes e em seguida disse:” Eu só queria recordar aqui ao Senhor deputado António Manuel Pires de Almeida que quando o Senhor era Vereador e Vice-Presidente da Câmara se esqueceu das freguesias que tinham sido eleitas pelo PSD, as quais foram altamente descriminadas, em favor das eleitas pelo PS. E tal como o Senhor deputado pediu agora listagens dos protocolos feitos por este executivo com as Juntas de Freguesia eu também gostaria que o Senhor me fornecesse a listagem da distribuição das verbas feitas às Juntas, no tempo em que o Senhor era Vice-Presidente da Câmara”.

**PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BUSTELO, Gilberto Reis Sousa** – referiu-se à sua intervenção proferida na reunião da última Assembleia Municipal, dizendo continuar convicto que estava com a razão, sabe no entanto que essa intervenção não foi a mais correcta perante todos os membros nesse dia presentes. Por esse motivo e porque sabe ser uma pessoa de bem, pediu desculpa a todos.

**DEPUTADO ANDRÉ GOMES DA SILVA** da CDU - Pediu esclarecimento sobre se há alguma iniciativa sobre uma hipotética saída da Secção da PSP de Chaves. Que, tendo em conta que no presente semestre vai abrir o troço da A24, entre Vila Verde da Raia e Pedras Salgadas, perguntou se irá funcionar o primeiro Nó de acesso à cidade previsto para Sanjurge e a provável data da sua abertura. Perguntou se existe algum motivo especial para que a água das Termas, que sai na bica exterior, tenha arrefecido substancialmente. Sobre a rede escolar já são conhecidas as escolas que irão fechar e esta Assembleia Municipal não foi ouvida.

**LUÍS MANUEL GERALDES TEIXEIRA ARAÚJO** do PSD – disse que na qualidade de representante desta Assembleia no Ministério da Economia, cargo para que foi reeleito, foi chamado a intervir em apenas uma apreciação para instalação de uma superfície comercial, por parte da cadeia de supermercados “Mini Preço”, que pretende transferir a sua localização. Depois de analisado foi o processo considerado, quer pela equipa da CCDRN, quer pela Câmara, quer pela ACISAT como muito fraco, com pouca qualidade e por essa razão foi chumbado, tendo a Empresa ficado com o compromisso de reformular o projecto. Esta declaração não foi feita anteriormente por falta de espaço na agenda da reunião da Assembleia Municipal.

Disse que com a abertura da A24 haverá maior apetência por parte das grandes cadeias para localizar em Chaves grandes superfícies comerciais e, por essa razão, será chamado, na qualidade de representante deste Órgão, para se pronunciar. Nesse sentido propõe ao Senhor Presidente o agendamento de um Ponto, no sentido desta Assembleia discutir a questão de instalação de Centros Comerciais e de



médias superfícies na região, porque não é a sua opinião que tem de levar à Comissão, mas sim a da Assembleia e a do público em geral.

**FRANCISCO ANTÓNIO PINTO DE BARROS** do PS - disse: “como ponto prévio requalificamos ou redefinimos o que é um pedido de esclarecimento e enquadrámos o que é um direito de resposta, ou então provavelmente virá a meia-noite e não sairemos daqui”.

O Senhor Presidente da Câmara disse, oportunamente, nesta Assembleia, que não aumentaria o Parque Público pago de superfície, enquanto não houvesse alternativas. “Desde a semana passada acabámos de ser confrontados com mais um espaço considerável de Parque Público pago, localizado no Cimo da Rua do Olival, situação que torna muito difícil encontrar um espaço público, para estacionar, todos os dias depois das 9,30 h da manhã, sem ser pago, mesmo sem ser à quarta-feira”.

Disse não perceber como é possível ultrapassar os conflitos de estacionamento em cruz, sem ser através de semáforos ou de rotundas e apelou para que no cruzamento da Estrada Nacional nº.2, com o Campo de Cima, seja feito um tratamento urgente, uma vez que já ali presenciou vários acidentes.

**O PRESIDENTE DA MESA**, em relação ao “ponto prévio”, esclareceu o Senhor deputado, que rege os trabalhos desta Assembleia com dois instrumentos – o Regimento e o bom senso, mas que tudo é transitório e se eventualmente o Senhor deputado ou os restantes membros eleitos decidirem que esses trabalhos não estão a ser bem conduzidos têm os instrumentos que o Regimento permite para corrigir essas anomalias.

**FRANCISCO ANTÓNIO TAVEIRA FERREIRA** do PSD – referiu-se à importância do Termalismo no desenvolvimento local - ***Eixos Estratégicos***. Disse ter obtido informações sobre esta área, junto dos Serviços competentes da Autarquia, as quais lhe permitem fazer a presente comunicação: Em primeiro lugar existe a nível local uma estratégia de desenvolvimento que passa por algumas áreas que lhe parecem bem equacionadas e que são: - *Vantagens na Relação Transfronteiriça; Recursos Naturais, nomeadamente Ambientais e as Termas que são uma mais valia; Turismo, nas várias vertentes – turismo rural, familiar, ambiental, lazer e recreação, gastronomia e produtos tradicionais; Cultura - fazer uso do nosso referencial histórico e patrimonial e o bom costume de receber bem quem nos visita; Estão a solucionar-se as acessibilidades*

**Vectores Potenciadores – Recursos humanos**; foram feitas várias ações de qualificação nas competências sócio-profissionais a pessoas ligadas às Termas; a modernização das instalações e a modernização dos protocolos de trabalho na instituição, a modernização do sistema informático e relacional fazem com que a aposta nos recursos humanos seja a melhor estratégia de desenvolvimento das próprias Termas. Esta modernização deve associar-se a factores de inovação e criatividade; devemos jogar de forma antecipada e competitiva na região do Alto Tâmega, dado que temos recursos para isso; denominação de marcas e qualidade – o termalismo ligado ao nome “Caldas de Chaves” é sinónimo de qualidade que importa realçar, bem como o presunção, o património histórico, e particularmente a Ponte Romana; neste contexto de desenvolvimento estratégico, com vista ao desenvolvimento económico o termalismo assume claramente um papel de maior relevo. O Turismo do Alto Tâmega pode basear-se em três áreas fundamentais. O Ambiente, o Termalismo e as Águas Minero-Medicinais. A nossa água, dadas as suas características, permite ser utilizada em várias vertentes, seja na reposição da saúde, na prevenção da doença e na criação de um turismo de cariz familiar. A internacionalização da economia deixa cada vez mais claro que não podemos





continuar a apostar nos tradicionais clientes ou utentes das Termas, necessitamos de abrir novos caminhos para criar outro mercado e a Autarquia está a fazê-lo.

**Acções/Actividades** – A Autarquia realizou até agora mais de seis mil horas para o pessoal trabalhador, na óptica da especialização da mão-de-obra; remodelou todo o sistema de abastecimento de água do Balneário; requalificou o Balneário Velho e fez obras de beneficiação no novo; reforçou o serviço de monitorização da qualidade sanitária das instalações sanitárias e dos equipamentos; foram introduzidos novos equipamentos na óptica do bem-estar; Os serviços estão a ser informatizados e foi implementado um Organigrama de serviço, distinguindo as diferentes áreas operativas; foram refeitos os circuitos sujos/limpos, secos/húmidos, utentes/outro pessoal; foram criados pacotes de bem-estar, podendo os utentes aproveitar o tempo para além dos próprios tratamentos terapêuticos; foram estabelecidas parcerias estratégicas com grupos hoteleiros; iniciou-se o marketing em termos de turismo e foram estabelecidos contactos com operadores turísticos internacionais, nomeadamente alemães, belgas e holandeses; promove – se nesta altura uma requalificação da envolvente da área termal e estão a ser criadas melhorias nas condições sanitárias e ambientais dos Estabelecimentos de Hotelaria, Restauração e de Bebidas, num total de 180 estabelecimentos.

**Desafio a realizar** – Aproveitamento geotérmico; reforçar o termalismo terapêutico; abertura do Balneário aos residentes locais; reforço da gestão do marketing e finalmente a criação de uma nova imagem para as Termas de Chaves, com uma melhor animação termal e uma optimização do atendimento e da comunicação quer com os utentes, quer com os seus familiares.

**MANUEL DOS ANJOS MONTALVÃO MACHADO**, do PSD – usou da palavra para dizer que na nossa cidade existem problemas com o trânsito local, nomeadamente no largo do Anjo, Largo do Monumento e o Cruzamento na Madalena junto ao Palacete Sotto Mayor, onde, sobretudo neste último, circulam centenas de veículos por dia, desde os motociclos até aos camiões TIR e onde mais sinistros acontecem. No seu entender, os semáforos, que já existiram em tempos, seriam a solução para a resolução do problema em determinadas horas do dia, quando o trânsito é mais intenso.

Disse haver preocupação com a falta de água, agravada agora com a subida dos preços, e que na cidade de Chaves existem poucas ruas preparadas com bocas-de-incêndio que permitam atacar rapidamente em caso de incêndio, nomeadamente o Bairro de Casas dos Montes que é uma zona de residências antigas, com mais probabilidades de risco.

**LUÍS DIAS DE CARVALHO**, do PSD - disse que quase todas as cidades do mundo primam por colocar em lugares estratégicos esculturas que relembram, o seu passado e as suas tradições. No é o caso de Chaves onde foram colocadas esculturas graníticas ou metálicas, as quais em termos de valor artístico lhe parecem muito pobres para uma cidade milenar, com um património histórico tão grandioso. Nessa perspectiva e dado que somos conhecidos através do nosso “ex-libris” que é a Ponte Romana ou ponte de Trajano, propõe à Exma. Câmara, que pondere a hipótese de mandar esculpir uma estátua do fundador da nossa cidade – Imperador Tito Flávio Vespasiano – e a coloque no lugar que ache mais apropriado.

Também seria importante e porque somos um concelho de lavradores e emigrantes, homenagear, quer uns, quer outros com estátuas alusivas.

O **PRESIDENTE DA MESA** deu conhecimento da entrada na Mesa de um requerimento da CDU, através do qual propõe a discussão da Rede Escolar na



reunião da Assembleia Municipal a realizar em Abril. Como houve intervenções que focaram com relevância este assunto propôs que o Presidente da Câmara prestasse os esclarecimentos necessários e depois colocaria a proposta da CDU à votação da Assembleia.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA** cumprimentou os presentes e em seguida passou a responder e a esclarecer as questões que foram colocadas, pela respectiva ordem de intervenção

- O Senhor Deputado **Anselmo José Martins** referiu-se ao arranjo da rotunda junto à Quinta do Pinheiro. Aquele arranjo foi solicitado pelos agricultores de Outeiro Jusão, para lhe facilitar a passagem para as suas propriedades, com os carros de tracção animal, sem terem necessidade de entrar na rotunda da Estrada Nacional. Se esse espaço é utilizado por camiões é - o indevidamente.

Sobre a reposição dos pavimentos trata-se também de uma questão de ordem técnica e quer a Empresa das Águas, quer a do Gás tem sido instadas pela Câmara para fazer a devida reposição dos pavimentos. Todos sabemos que durante o Inverno é mais difícil fazer essas reposições de forma capaz, mas se essas mesmas obras forem feitas no período de Verão há muito mais movimento e há o incómodo contrário. E qualquer obra desta natureza acarreta incómodos que todos temos de suportar, mas em contrapartida vai melhorar a nossa qualidade de vida.

O trânsito junto ao Jardim do Bacalhau e na Rua Alferes João Batista foi alterado pelas seguintes razões: na Rua Alferes João Batista estivemos dois anos a ouvir solicitações dos moradores, dos utentes e da PSP para que no espaço que o Senhor Deputado mencionou houvesse trânsito nos dois sentidos, isto porque quem saía do estacionamento, teria de vir ao triângulo do SLAT e subir ao cemitério velho. O mesmo aconteceu no troço que referiu junto ao Jardim do Bacalhau: foi a PSP que pediu a alteração e verifica-se que, a partir daí, o tráfego flui mais satisfatoriamente.

- O Senhor deputado **Manuel Justino Matos Cunha** colocou três questões: registo o seu interesse pelo Casino e como o Senhor sabe trata-se de uma obra privada. As datas previstas para obras que não são da Autarquia são indicadas pelos seus promotores. A concessionária está hoje em reunião com técnicos da Câmara, no sentido de determinarem o cronograma da execução das obras do Casino, num valor aproximado de trinta milhões de euros

Sobre a reorganização do território no que diz respeito às autarquias há apenas especulações. O que li é que a haver uma reorganização administrativa do país, ela começará por Lisboa e Porto. O Governo ficou de apresentar uma proposta e devemos aguardar que ela saia.

No que referiu da Rede Escolar, é do conhecimento de todos que a Autarquia mandou elaborar uma Carta Educativa, a partir de 2002. Esse documento ficou pronto em 2003 e está desde essa altura na DREN que entendeu não se pronunciar sobre ele e por essa razão não veio ainda a esta Assembleia Municipal.

No meu entender, apesar de respeitar com toda a objectividade esta Assembleia Municipal, a opinião dos professores é muito importante, porque eles estão no terreno e sabem bem o que será mais benéfico para todos; também a opinião dos pais é importante e é expressa através do Conselho Municipal de Educação.

A Proposta da Carta Educativa da Câmara Municipal de Chaves estava devidamente elaborada, cumpria as regras necessárias. O Governo resolveu chamar a si a decisão do assunto, pelo que aguardamos a sua proposta. A Autarquia que antes era promotora de um estudo e de um trabalho, que seria validado pelo Ministério da Educação, depois de passar pelas várias instâncias, passa a ser receptora de propostas do Ministério da Tutela, depois de validadas pelos respectivos Agrupamentos. Não esquecer que os Agrupamentos tiveram uma palavra



fundamental, tendo em conta que a primeira proposta de reorganização foi feita por eles. Posteriormente os Agrupamentos reuniram com a DREN, com a presença do Município de Chaves, onde foram feitos ajustamentos e, já depois dessas reuniões, houve situações pontuais em que eu próprio me desloquei e falei com os pais e onde houve mais propostas da Autarquia, no sentido de ir de encontro ao proposto pelos pais, nomeadamente Moreiras, Nogueira da Montanha, Santa Leocádia (Adães) e a povoação da Dorna, da Freguesia da Póvoa de Agrações. O que nos é dito, nesta data pela DREN é que até Abril as Cartas Educativas de todos os Concelhos, com excepção daqueles que não tinham feito nada, terão o reajustamento necessário para serem apresentadas e, a partir daí, virem a sancionamento das Assembleias Municipais.

A questão de haver escolas que não foram a concurso, não implica que aí não haja actividades lectivas, porque o Ministério tem mecanismos que lhe permitem colocar professores nas escolas que não vão a concurso, como é o caso concreto das freguesias atrás referidas, que não vão a concurso, mas onde haverá professores a leccionar. O conjunto de professores permite, hoje, fazer esses ajustes e essa capacidade de mobilidade. Há aqui uma série de situações que se conjugam no sentido de melhorar a qualidade do ensino.

A questão da desertificação nunca passou pelas escolas. O fenómeno da desertificação terá de ser combatido de outra forma, nomeadamente no aproveitamento e utilização dos edifícios escolares para outras actividades que possam fixar a população.

A recuperação do património escolar, que tem em si mesmo valor cultural e valor pedagógico, pode realizar-se através de linhas próprias de financiamento que estamos convictos que o Governo colocará à disposição dos Municípios para esse fim. A grande questão das instalações escolares no Concelho de Chaves não é no meio rural, mas sim na cidade. As escolas do 1º. Ciclo da cidade foram edificadas em determinadas épocas e hoje estão rodeadas, no aspecto urbanístico, por edificações e não têm condições para oferecer aos alunos. Como exemplo temos a escola de Santo Amaro que tem apenas oito salas: disponibilizando uma para informática, outra para biblioteca e outra para outras actividades necessárias, fica com espaço de aulas para cem alunos e neste momento tem 256. Este Executivo solicitou ao Ministério da Educação dois Centros Escolares para o Primeiro Ciclo – um a instalar em Santa Cruz/Trindade e outro na Madalena, para resolver este problema. A partir daí temos mais espaço para jardins de Infância com qualidade, nomeadamente a escola do Cino - Chaves. Esses dois Centros vão levar a que os pais que trabalham possam deixar os filhos às 8,30 horas no Centro Escolar onde tem tudo, desde as refeições, ao inglês, ao desporto, a as outras actividades pedagógicas e ao saírem dos seus trabalhos vão busca – los.

Isto é que é efectivamente dotar o País de condições para que as novas gerações sejam competitivas com os seus congéneres europeus, porque é isto que acontece nos restantes países da Europa.

A Reorganização da Rede Escolar e a Educação não são questões político - partidárias, mas sim uma questão do País e nossa e, se queremos contribuir para o seu desenvolvimento, não devemos colocar pequenos problemas, mas sim buscar as melhores soluções e é para isso que eu gostaria de ver esta Assembleia mobilizada: para dotar o Concelho de melhores condições para que os nossos alunos sejam os melhores em termos da nossa Região e sejam capazes de competir com os melhores do País e da Europa, nomeadamente a partir dos nossos vizinhos da Galiza.

Temos no 1º. Ciclo 1.439 alunos – 634 no Agrupamento Dr. Francisco Carneiro, 638 no Agrupamento Nadir Afonso e 167 no de Vidago. Hoje temos 82 escolas a funcionar e segundo a proposta da DREN que nós aceitamos, ficaram 44,



suspendendo -se 38. A essas 38 escolas correspondem 165 alunos, menos de 12% do total de alunos do Concelho.

Esses 165 alunos, em termos de deslocação, têm, num caso, o máximo de 20 km (25 minutos de deslocação), mas a média das deslocações é de 9 km e nunca passa de 15 minutos de tempo gastos na deslocação. Todos eles irão ter melhores condições porque nunca irão para escolas onde não tenham duas salas – uma para actividades lectivos e outra para outras actividades pedagógicas e desportivas, que o Município não poderá fazer de uma vez só, mas que fará progressivamente. A previsão dos gastos em termos de requalificação do Parque Escolar é de 850 mil euros; em termos de transportes escolares a nossa previsão, se os horários não mudarem, é que venhamos a gastar mais 150 mil euros. Se o horário se mantiver pouparemos dinheiro em transportes. Em termos de refeições estamos, neste momento, a fornecer 150 refeições diárias a alunos do ensino pré-escolar e do primeiro ciclo e temos previsto fornecer cerca de 500. A despesa com essas 500 refeições diárias – cerca de 90 mil por ano, rondará os cerca de 200 mil euros. Para os dois Centros Escolares solicitamos um financiamento de um milhão de euros.

Durante o mandato anterior a Autarquia investiu no pré-escolar e no 1º. Ciclo, cerca de 2,5 milhões de euros, onde se inclui a aquisição de terrenos. Se agora tivermos igual valor, temos condições para, nos próximos anos prestar uma melhor qualidade de ensino a estes níveis.

Se a proposta da DREN chegar antes da próxima Assembleia Municipal de Abril, será ponto da Ordem do Dia, se assim não for será discutida em Junho, ou então numa reunião extraordinária, se for caso disso.

- Sobre o Estádio Municipal esclareço o Senhor deputado **António Barreira** que qualquer alienação de património da Autarquia tem obrigatoriamente de vir à Assembleia Municipal. De momento não há qualquer intenção de o fazer, embora não se ponha de parte essa hipótese, nomeadamente porque o Plano de Pormenor daquela zona, no âmbito do Programa Polis prevê a saída do Parque Desportivo para a nova Zona Desportiva, cujo Plano de Pormenor já veio a este Órgão. É uma situação que não se pode por de parte mas que, efectivamente pode demorar um, dez, vinte anos, ou até nunca vir a acontecer. Temos objectivos prioritários, no campo desportivo, que passam por um ou dois campos relvados sintéticos, mas é também necessário planear e ter visão estratégica para que as coisas aconteçam. Um dia pode aparecer um promotor que esteja interessado em realizar a nova zona desportiva, em troca da actual e se estiver previsto é possível.

Referiu-se também o Senhor deputado aos CTT. A própria Autarquia sente a péssima prestação dos serviços que prestam no nosso Concelho. Falam na toponímia mas isso não é desculpa aceitável. Há casos de ruas onde existe apenas um morador e as cartas também não são entregues. Continuamos a trabalhar para sinalizar todas as ruas.

- O Senhor deputado **José Pimentel Sarmento** referiu-se à Rede Escolar, questão à qual já respondi.

- O Senhor deputado **Nelson Paulo Montalvão** mencionou o próximo Quadro Comunitário de Apoio. Esse é efectivamente um tema que nos deve mobilizar a todos nesta Assembleia, porque o próximo GCA é, em termos de filosofia e de operacionalidade, totalmente diferente dos anteriores. O próximo tem cerca de 22 mil milhões de euros para todo o País, mas do ponto de vista das Regiões, só há três com acesso a 16 mil milhões de euros. O restante é gerido pelo Governo. Os 16 mil milhões são para as Regiões Norte, Centro e Alentejo. A Região Norte terá hipoteticamente 6 mil milhões de euros e a gestão desses recursos caber-lhe-à a si, sem passar pelas unidades habituais. O instrumento de gestão sub-espacial da Região Norte mais avançado é o Plano Regional de Ordenamento de Trás-os-Montes





e Alto Douro, que inclui dois eixos estratégicos de desenvolvimento mais avançados da nossa Região, sendo um ligado ao Termalismo e o outro é o envolvimento da produção agro alimentar.

As grandes decisões vão passar por projectos supra municipais e de referência estratégica – *competitividade, sustentabilidade e coesão*. A visão estratégica implementada no Município de Chaves permite hoje enquadrar projectos de grande envergadura que possam competir com outros no âmbito do próximo Quadro Comunitário de Referência Estratégica Nacional.

Da avaliação que foi feita dos anteriores QCA o que efectivamente ficou foram as obras e o alcatrão porque o resto não se vê. O Único que deixou marcas no nosso País foi o FEDER. O Fundo Social Europeu foi todo para Formação e cada vez estamos mais na cauda em relação aos outros países. O FEOGA foi para a Agricultura e esta está de rastos.

- O Senhor deputado **António Manuel Pires de Almeida** falou nos protocolos estabelecidos com as Juntas de Freguesia. Na última Assembleia assumi que efectivamente não tem havido cumprimento por impossibilidade financeira, e porque fizemos protocolos acima daquilo que seriam as possibilidades de um cumprimento normal e corrente. Nessa altura assumi um compromisso que mantenho. A prioridade é pagar as dívidas anteriores.

Quando às transferências o Senhor deputado sabe perfeitamente que nos Documentos de Prestação de Contas vão plasmadas todas as transferências efectuadas para cada uma das Freguesia. O Senhor não pode dizer que há falta de transparência porque as contas são exactas.

Quanto à questão de Vidago, no que respeita à Estrada Nacional nº. 2 e às duas rotundas, o Senhor sabe perfeitamente que quando o primeiro projecto foi apresentado não estava definida a localização da rotunda de saída da auto estrada. Foi, sob o meu ponto de vista útil que, quer a Autarquia, quer o IEP tenham aguardado essa definição para reformular o respectivo projecto. Neste momento não se justifica outra rotunda na zona em que falou porque tem a saída da auto-estrada muito perto. Há efectivamente atrasos mas não por culpa da Câmara. Na reunião a realizar na próxima sexta feira com a Direcção de Estradas vai ser definido o calendário de realização da E.N. nº. 2, desde a rotunda da auto-estrada até à Ponte da Ribeira de Oura. A parte da Câmara que contempla infraestruturas subterrâneas e passeios será efectuada em conjugação com a calendarização estipulada.

A obra do Campo da Feira, não correu como se esperava. Encontra-se em fase final e o facto de ser melhorada, só ganha qualidade.

Também não é culpa da Autarquia que as Águas de Trás-os-Montes tenham utilizado um percurso diferente daquele que inicialmente estava previsto, desde que façam a reposição do pavimento com a qualidade que tinha, não haverá inconveniente.

A candidatura da Estrada de Vila Pouca ao limite do nosso Concelho, como o Senhor deputado sabe foi feita em 2000, quando era Presidente da Câmara de Vila Pouca de Aguiar o Senhor Dr. Ambrósio e da de Chaves o Senhor Doutor Altamiro Claro. A questão de conciliar as duas candidaturas não é responsabilidade deste executivo, mas sim do executivo de então, que, gastou todo o dinheiro que havia no ON para estradas e ainda mais 400 mil euros. Quando este executivo chegou à Câmara, uma das primeiras negociações que teve de fazer foi repor os referidos 400 mil euros que tinham sido gastos a mais no Concelho de Chaves em estradas, nomeadamente com a ligação de Casas Novas à Praia de Vidago, Pereira de Selão a Redial e Assureiras a Vilar de Izeu. Isto não significa que esta Câmara não tenha responsabilidade de procurar executar a obra que refere, mas não torne culpas a quem as não tem e neste caso particularmente.





Na questão do GTL de Vidago teremos em atenção a sua chamada de atenção para a cobertura do espaço, que está em fase final. Quando tivermos o mobiliário e o equipamento informático este Gabinete passará a funcionar em Vidago com todas as condições.

- Os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Vilarelho da Raia, Vilar de Nantes e de Bustelo fizeram intervenções perfeitamente aceitáveis e de grande dignidade, nomeadamente a do Senhor Gilberto de Bustelo.

- O Senhor deputado **André Gomes da Silva** referiu-se à PSP. Tenho aqui uma resposta do Ministério da Administração Interna, em que diz que o que foi publicado nos jornais não corresponde à verdade, porque não há qualquer despacho ou normativa que indique o que vai acontecer com as esquadras da PSP e da GNR. Apenas diz que estão a elaborar estudos para a reorganização dessas forças de segurança e nessa altura, então sim, haverá uma proposta. A Câmara esteve atenta e teve o cuidado de solicitar a necessária intervenção.

O Nó de Sanjurge tem um problema de expropriações por parte da empresa concessionária que está em vias de ser solucionado. A Câmara tem de fazer a ligação dessa rotunda para a Estrada de Montalegre, numa primeira fase, e temos uma candidatura para uma via de emergência que ligará o referido Nó ao Hospital Distrital de Chaves, permitindo o acesso directo ao centro da cidade de Chaves.

Em relação à água das Caldas o Senhor Director Técnico informou-me que a temperatura é a mesma de sempre.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA**, na qualidade de Director Técnico das Termas usou da palavra para perguntar concretamente a que água se referiu o Senhor deputado André Gomes da Silva e informou que há um pequeno depósito de água armazenada e que nesta altura do ano, com as temperaturas extremamente baixas, a água da bica exterior perde temperatura. Que quando se faz referência à temperatura da água se fala em termos de captação e aí a água mantém a temperatura igual durante todo o ano.

- O Senhor deputado **Luís Geraldês Teixeira Araújo** deixou a proposta para discussão numa próxima Assembleia das superfícies comerciais, o que acho interessante, apesar de ser um assunto da Comissão. Os pedidos entram na Câmara e sob o ponto de vista urbanístico esta é obrigada a dar-lhe o necessário seguimento, desde que obedeam às regras estipuladas por lei não se podem indeferir. A Comissão da qual o Senhor deputado faz parte é que decide da implantação ou não.

- Ao Senhor deputado **Francisco António Pinto de Barros** lembro que foi nesta Assembleia Municipal, numa reunião realizada em 2001, que o então Presidente da Câmara, Senhor Doutor Altamiro Claro disse que iria colocar parcómetros em todas as zonas da cidade, e nós estamos simplesmente a cumprir o que foi uma proposta do meu antecessor.

O Senhor deputado justifica-se com uma afirmação minha, onde disse que enquanto não houvesse aumento de lugares de estacionamento não havia parcómetros. No ano passado houve um aumento de 300 lugares de estacionamento. Nessa perspectiva os parcómetros são perfeitamente justificáveis, não só no local que mencionou, mas em toda a zona histórica da cidade. É obrigação da Autarquia encontrar mais espaços alternativos.

Nas escavações que estão a ser feitas no Arrabalde, a seis metros de profundidade, apareceu um lajeado perfeitamente trabalhado, que, segundo os arqueólogos, pode ter sido uma espécie de cais para o rio, ou então os antigos balneários. Esta situação obriga a que o Parque de Estacionamento previsto para o local fique em reserva. Se efectivamente se concretizar que são os antigos balneários é um achado muito importante. Aguardamos o desenvolvimento dos trabalhos.



A Estrada da Fronteira é da responsabilidade das Estradas de Portugal. Esta entidade já estudou a hipótese de uma rotunda no Cruzamento com o Campo de Cima, mas tal não é possível. Na reunião a ter lugar na próxima sexta feira, será também focada esta questão, mas sabemos de antemão que a proposta que vão fazer é de colocar semáforos nesse local.

- Registo a intervenção do Senhor deputado **Francisco António Taveira Ferreira**. O QREN - Quadro de Referência Estratégica Nacional terá isso em conta.

- O Senhor deputado **Manuel dos Anjos Montalvão Machado** referiu a sinalização. É uma questão que nos preocupa e que vamos tentar resolver.

Sobre a água reconhecemos que há dificuldades com a distribuição de água no Concelho. Temos a previsão de que a reserva e o abastecimento à cidade não sofra grandes oscilações, mas temos sérios problemas nas Freguesias. Estamos a elaborar um plano para, ou através de furos ou através de outro tipo de captações, procurar encontrar já alternativas de fornecimento de água com reservatórios adequados para dar a necessária resposta no próximo Verão.

Mas isso nada tem a ver com a subida de preços. Em nome dos Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro defendi a tarifa nacional e neste momento prevê-se que o Governo apresente apenas duas tarifas para o País, a qual será substancialmente mais baixa do que aquela que é aplicada pelas Águas de Trás-os-Montes, que, por certo, é a mais elevada do País.

Em Chaves propusemos um aumento de 2,5%, o que equivale no primeiro escalão a um cêntimo e no segundo a dois cêntimos, que é o escalão onde se situa a maioria dos nossos consumidores. Se tivermos de utilizar o aumento de preços com estratégia para reduzir os consumos, que no nosso Concelho são altíssimos, relativamente à média nacional e europeia (é quase o triplo da média europeia e praticamente o dobro da média nacional) fá-lo-emos. Como cidadãos teremos de fazer um esforço na racionalização deste bem essencial.

Sobre as bocas-de-incêndio mandarei averiguar através da Protecção Civil a sua colocação no Concelho.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** perguntou ao Grupo Municipal da CDU se pretende manter a sua proposta ou se a retira em face da informação do Senhor Presidente da Câmara para discussão da Reorganização da Rede Escolar numa próxima Assembleia Municipal.

O Grupo Municipal retirou a proposta.

Foi dado conhecimento da entrada na Mesa de uma proposta do Grupo Municipal do PSD, no sentido de que seja agendado para a próxima Assembleia Municipal o tema "Comércio e Serviços de Grandes Superfícies"

O **PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que sobre este assunto está marcada uma reunião da respectiva Comissão para o próximo dia 15 de Março.

Face a esta informação o Grupo Municipal retirou a proposta.

**PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA PÓVOA DE AGRAÇÕES, Eduardo Augusto Fraga da Cruz** – usou da palavra para dizer que também deveria ter sido chamado a participar na reunião que houve em Moreiras, sobre a rede escolar.

**PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SANJURGE, Alexandre Crespo Dias** – perguntou quem paga os terrenos do Nó de Sanjurge.

**MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU – disse não compreender como é que ainda não há datas para a conclusão do Nó de Sanjurge.



Sobre a Reorganização da Rede Escolar não concorda que sejam os professores a decidir, acima dos elementos da Assembleia Municipal. Que ele próprio tem a sua opinião e não é professor.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às três questões que foram colocadas, dizendo que na reorganização da rede escolar deve ser envolvida toda a comunidade, os pais, os políticos, a sociedade no seu conjunto. Que foi isso que quis dizer nas explicações feitas anteriormente sobre o assunto.

O Nó de Sanjurge é da responsabilidade das Estradas de Portugal, da concessionária e do Governo. A estratégia é concluir o acesso quando a auto-estrada estiver a funcionar, porque o pagamento à concessionária será em função do número de viaturas que ali vão entrar. Se a previsão da abertura do troço entre a fronteira e Pedras Salgadas é para Julho, nessa altura a concessionária terá todo o interesse em que o tráfego entre e saia da cidade.

A primeira proposta do Nó de Sanjurge sofreu várias alterações, numa delas punha a saída do tráfego para norte, o que não fazia qualquer sentido. Por sugestão da Câmara essa situação foi alterada, ficando o trânsito a fluir directamente de e para a cidade, ganhando-se uma via dupla de cerca de um km, mais a expropriação do terrenos, que é feita pela concessionária.

Informou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa de Agrações que a proposta relativa à sua freguesia foi apresentada pelo Agrupamento Vertical de Vidago que inicialmente propôs a ida dos alunos de Agrações para Loivos e os alunos da Dorna para Adães, juntamente com os de Matosinhos e os de Santa Leocádia. Numa proposta seguinte previa-se que os alunos da povoação da Dorna fossem também para Loivos mas nunca se colocou a hipótese de continuar com a escola da Dorna. Em todas as propostas havia a deslocalização desses alunos, quer para Loivos, quer para Adães. Finalmente, por minha proposta foi decidido que viessem para Adães, depois de me deslocar àquela zona e verificar que em dias de muito gelo o transporte de e para Loivos é muito mais difícil.

A DREN e o Agrupamento convidaram-me para uma reunião e eu aceitei, levando comigo o Técnico responsável pela área – Engenheiro Altino Rio.

**DEPUTADO VALDEMAR DA SILVA CARNEIRO** do CDS/PP – usou da palavra para dizer que o seu partido está preocupado com a vinda de mais hipermercados/supermercados para o Concelho. Que, no tempo da Câmara socialista, foi o PSD que criticou a vinda do L'ECLAIRC o que, no seu entender, demonstra que a diferença entre os interesses dos dois partidos não é nenhuma e ataca-se o comércio tradicional. “Foi um interesse de polichinelo e é um segredo do poder local dos jeitinhos, das conveniências e do poder que mais não é do que o braço do «caciquismo» nacional.

Sabemos que os lucros das grandes superfícies não ficam cá; trazem para cá gente que não gosta de nós mas apenas do nosso dinheiro. Falou-se na animação do comércio tradicional, mas nada se vê”. Disse lamentar que a falta de visão da maioria continua a massacrar os pequenos e com “segredinhos” que não levam a nada.

Devido ao IP3 perguntou que “segredos existem em relação ao ordenamento do território? Que ideias se pensam concretizar? No ordenamento demográfico há escolas a fechar, mas o que tem feito a nossa cidade para atrair gente? Aprovam-se supermercados?”

Disse que o CDS/PP defende o desenvolvimento de um Ensino Superior a partir da Escola de Enfermagem de Chaves.



Perguntou porque é que os reformados e funcionários públicos que vêm às reuniões da Assembleia Municipal tem dispensa do seu trabalho, são pagos pela entidade onde trabalham e ainda recebem a senha de presença.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu ao Senhor deputado Valdemar Carneiro que, apesar da informalidade com que por vezes as discussões acontecem neste Fórum, há expressões que, do seu ponto de vista, não devem ser utilizadas e o termo «caciquismo» não é digno desta Assembleia, porque nenhum dos seus membros é «cacique», depois de ter sido eleito pelo povo.

A questão que colocou sobre o L'ECLAIRC é verdade que o PSD criticou mas apenas por ter sido instalado naquela zona urbana da cidade, onde as pessoas se podem deslocar a pé. A instalação dessas superfícies fora das zonas urbanas não será tão criticável.

Disse ao Senhor deputado que aqui não há segredos. Tudo o que se passa na Autarquia consta das actas, que são públicas e estão na Internet.

Quanto ao pagamento das senhas, apenas se cumpre o que está estipulado na Lei.

Entrou-se no “Período da Ordem do Dia”

### **PONTO 1 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

O **PRESIDENTE DA MESA** explicou que a errata está errada, quer na forma, quer na omissão. Tem dois erros ortográficos e há uma omissão no nº. 2 do art. 25º, onde se diz” durante o período de intervenção aberto ao Público, qualquer *decisão* pode solicitar os esclarecimentos...”, deve ler-se “..... qualquer **cidadão** pode solicitar os esclarecimentos...”

Na página 18, no nº. 1 do art. 23º. a redacção deve ficar: “ Para discussão de cada ponto da «Ordem do Dia» há um período inicial, distribuído por cada Grupo Municipal, não podendo exceder vinte minutos”

Passou-se à discussão deste ponto tendo-se inscrito os seguintes deputados:

**MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU – disse não concordar que o “ Período de Intervenção do Público” seja remetido para o final dos trabalhos porque nunca se sabe a que hora terminam e com a ressalva do que estiver prescrito na Lei, a sua opinião é que é mais útil restringir esse período a quinze minutos, mas que se coloque esse preceito de forma a torna-lo viável.

**NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO** do PSD – esclareceu que esta errata surge pelo facto de terem sido feitas duas reuniões entre representantes dos Grupos Municipais, por sugestão do Senhor Presidente da Mesa. Dessas reuniões saíram acordos que não foi possível viabilizar, primeiro por deficiência dos serviços de apoio à Assembleia e segundo porque na reunião preparatória desta reunião, os restantes membros que integram o seu Grupo Municipal não concordaram com a redacção acordada para o nº. 1 do art. 23º. Perante essa situação entrou de imediato em contacto com o Senhor Presidente da Mesa e também com os representantes dos outros Grupos Municipais que estiveram presente nas reuniões antes mencionadas.

**JOSÉ ANTÓNIO TRINDADE MENDES** do PS – salientou o ambiente de correcção, urbanidade e de respeito havido nas duas reuniões preparatórias de revisão do Regimento em discussão, entre todos os membros dos vários Grupos Parlamentares, facto que dignifica o Órgão - Assembleia Municipal.



Em relação ao facto suscitado pela bancada do PSD, na pessoa do Senhor deputado Nelson Montalvão, informou que o espírito unânime que esteve na base da alteração dos nºs 1 e 2 do art. 23º, foi o facto de todos terem defendido que o primeiro elemento a fazer qualquer intervenção, em qualquer ponto, de uma qualquer ordem de trabalho, seria, aquela que, em relação a esse ponto, seria a posição partidária oficial da bancada em apreço e aquela que vincularia, futuramente, a força partidária em relação ao assunto em debate. Tal não evita que todos os outros elementos da bancada, sem limitação do número de intervenções e num período nunca inferior a cinco minutos, que considerem, em consciência, terem uma palavra a dizer em relação ao assunto, poderem, num âmbito complementar à intervenção inicial, dizerem o que entendam por conveniente.

Que foi preocupação do seu Grupo Parlamentar, nas duas comissões preparatórias, de agilizar a aplicabilidade e interpretação do Regimento, bem como assegurar que a tão desejada democracia participativa neste Órgão não saísse beliscada ou mesmo coarctada, na revisão deste documento.

Na análise da pretensão suscitada pelo PSD, para alteração do nº. 1 do art. 23º., entende a sua bancada que, por esta não ferir quaisquer um dos princípios referidos e, por considerar que a mesma, é mais abrangente e vantajosa para os trabalhos futuros, não se opor à alteração solicitada.

**ANTÓNIO MANUEL SANTANA ABELHA** do PSD – saudou os presentes, neste regresso ao Fórum da democracia local, onde disse ter muitos amigos. Em seguida disse que depois de se debruçar atentamente na apreciação do documento em discussão, encontrou algumas deficiências, que gostaria de ver corrigidas e apresentou as sugestões que passou a enunciar: Capítulo I - Introduzir um art. para o Objecto e Âmbito (qual a finalidade e a quem se aplica). Objecto - o Regimento da Assembleia Municipal de Chaves define as regras da sua organização e o seu funcionamento; Âmbito – o presente Regimento aplica-se a todos os elementos que participam nas reuniões deste Órgão; a Epígrafe correcta do art.1º deveria ser Natureza e Constituição; acrescentar as fontes normativas donde emana este documento; a Al. k) do art. 2º deveria dizer apresentar e votar moções de censura .... ; A Epígrafe do art. 4º deveria dizer “Eleição e Destituição da Mesa”; Nas competências da Mesa deveria introduzir-se uma alínea “relatar e dar parecer sobre a verificação de poderes dos deputados municipais”; no art.6º a al. c) deveria ser mais completa e dizer que o Presidente da Assembleia preside às sessões, declara a sua abertura, suspensão, continuação e encerramento; na al.f) acrescentaria “conceder a palavra aos membros da Assembleia, com respeito pela ordem de trabalhos; acrescentaria outras alíneas: “Por à discussão e votação os documentos admitidos”, “Por à votação os requerimentos admitidos”, “Assegurar o cumprimento do Regimento e das deliberações da Assembleia Municipal” e “Das decisões do Presidente cabe recurso para o plenário”; no art. 7º falta uma alínea que diga “Substituir o Presidente nos termos do nº. 2 do art. 30.”; no art. 10º. - Sessões Extraordinárias, acrescentaria no terceiro ponto, “..... publicitando-a nos locais habituais e num jornal de Chaves”; No art. 12º a epígrafe em vez de dizer “Requisitos das Reuniões” deveria dizer “Quórum e Duração”; no art. 18º o nº. 3 deveria dizer “A inclusão, discussão e votação de propostas ....”; no art. 29, nos pedidos de esclarecimento, acrescentaria um número dois “ Os deputados que irão formular pedidos de esclarecimento, devem inscrever-se, no termo da intervenção que os suscitou, sendo formulados pela ordem de inscrição e respondidos em conjunto pelo respondente, se o interpelado, assim o entender não podendo exceder ... minutos”; no art. 30º seria de bom tom incluir mais dois pontos: 3 - “Os requerimentos, uma vez admitidos são imediatamente votados”, 4 - “ A votação dos requerimentos é feita pela





ordem da sua apresentação; no art. 35º eliminar na al. a) a expressão “em caso de dúvida”; no art.36º pediu esclarecimento sobre o sentido do número 2; no art. 41º, deverá haver uma precisão no prazo designado para a publicação das deliberações, ou de cinco ou de dez dias e não de “cinco a dez dias”, como ali consta; no artigo 61 sugeriu a publicação do Regimento depois da sua aprovação, quer no Boletim Municipal, quer no site da Câmara Municipal.

Terminou dizendo que falta um artigo, que “ permita fazer alterações ao Regimento”. Disse ainda que na acta, todos os deputados devem ser tratados de forma igual, conforme manda a Constituição da República Portuguesa.

**NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO** do PSD – em nome do Grupo Municipal disse registar com agrado as sugestões feitas pelo Senhor deputado António Manuel Santana Abelha. Que o Grupo Municipal do PSD se revê na intervenção do Senhor deputado José António Trindade Mendes, pelo facto de terem desenvolvido um trabalho de apreciação deste documento, que lhes gastou algumas horas do seu tempo e onde houve acordo de todas as forças partidárias representadas neste Órgão. Que, em nome desse acordo a sua bancada vai votar favoravelmente a Proposta de Regimento apresentada

**PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS**, do PS – saudou o regresso do Senhor deputado António Manuel Santa Abelha a este Órgão do poder democrático municipal.

Em seguida disse que, independentemente do acordo que foi estabelecido Inter-Grupos Municipais, considera que as sugestões apresentadas pelo Senhor deputado António Manuel Santana Abelha, constituem um enriquecimento deste documento e que não devem ser postas de lado, pelo que gostaria que o Grupo Municipal do PSD repensasse e reconsiderasse a sua posição.

**NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO** do PSD – disse que o seu Grupo Municipal tem toda a abertura, mas uma vez que existe um acordo entre todos os Partidos para o Regimento e que as aporções do Senhor deputado António Manuel Santana Abelha foram pontuais, fez a contra proposta de votar não o Regimento na globalidade, mas artigo a artigo e alínea a alínea.

**MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU – apelou ao bom senso e sugeriu que esta Proposta de Regimento seja votada numa próxima Assembleia Municipal, já com o contributo do Senhor deputado António Manuel Santana Abelha, vigorando até lá o actual, que nunca colocou qualquer problema de relacionamento dentro deste Fórum. Mencionou novamente a proposta da CDU, sobre o tempo de intervenção destinado ao Público.

**PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS**, do PS – usou novamente da palavra para dizer que a proposta apresentada pelo Senhor deputado Nelson Paulo Gonçalves Montalvão iria obstaculizar o processo, porque não é suposto que se faça uma votação na especialidade do Regimento, na medida em que nos seus fundamentos não é tocado, é apenas enriquecido. Que concordam com a proposta do Senhor deputado Manuel Justino Matos Cunha, no sentido de que este documento possa vir a ser aprovado numa próxima sessão da Assembleia Municipal.

**NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO** do PSD – Disse que a sua posição e a da sua bancada é que esta Assembleia tenha um Regimento o mais enriquecido possível e que ninguém colocou em causa as aporções do Senhor deputado



António Manuel Santana Abelha, que consideram úteis. Que não são contra a votação deste documento na próxima sessão da Assembleia Municipal, a realizar em Abril e que entretanto se constitua nova comissão de revisão, integrada pelo Senhor deputado António Manuel Santana Abelha com as sugestões que apontou.

O **PRESIDENTE DA MESA** disse que esta Proposta de Regimento está baseada num documento emanado da Associação de Municípios Portugueses e que, independentemente dos aportes que o Senhor deputado António Manuel Santana Abelha fez, relativamente ao referido documento, não lhe parece que ele seja tão desprezível como isso, ao ponto de não poder fazer gerir os destinos desta Assembleia, com a redacção que tem e que este Órgão deve em consciência votá-lo, uma vez que foi redigido por representantes de todos os partidos.

**ANTÓNIO MANUEL SANTANA ABELHA** do PSD – disse que até poderia concordar em abstracto com o que foi dito, mas que há um ponto do qual não cede. É ver incluído no Regimento a epígrafe “Alterações” e as condições dessas alterações, que deverão ser concertado entre os líderes dos Grupos Parlamentares. Que votará conta esta Proposta se não constar dela a possibilidade do Regimento vir a ser alterado.

O **PRESIDENTE DA MESA** propôs que se fizesse um pequeno intervalo. Reiniciados os trabalhos, usaram da palavra os seguintes deputados:

**NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO** do PSD – esclareceu que relativamente ao impasse que foi criado sobre este ponto, próprio da saudável discussão democrática havida, chegou-se a um entendimento, entre as diferentes bancadas parlamentares, com o qual a do PSD concordou e se traduz em votar a Proposta de Regimento que foi previamente consensualizada nas reuniões de preparação, com a introdução de um novo artigo no Capítulo VIII – Disposições Finais - que contemple “Alterações ao Regimento” por maioria qualificada de dois terços, com base na legislação em vigor.

Perante o exposto a sua bancada votará favoravelmente esta Proposta, com a alteração que resultou da discussão e do aporte que o Senhor deputado António Manuel Santana Abelha trouxe a esta Assembleia.

**PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS**, do PS – disse que em respeito pelas regras democráticas que conduziram os trabalhos, até ao momento, e que resultaram da consensualização do trabalho prévio, que trouxe à aprovação este documento, o seu Grupo Municipal não abdicando da inclusão do ponto que permita as alterações ao Regimento, de acordo com que está previsto na Lei, vai votar favoravelmente a Proposta, no entanto admite que dentro da sua bancada possa haver posições diferentes nessa votação.

**MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU – disse concordar com tudo o que foi dito anteriormente, nomeadamente com a introdução do artigo que permita fazer as alterações necessárias em termos de futuro, agradecendo o contributo aportado pelo Senhor deputado António Manuel Santana Abelha, e que o sua bancada vai votar favoravelmente a proposta.

**DEPUTADO VALDEMAR DA SILVA CARNEIRO** do CDS/PP – Disse concordar com tudo o que foi dito e vota favoravelmente a proposta.



O **PRESIDENTE DA MESA** informou que o Regimento a aprovar será o que foi distribuído, depois de corrigido e no Capítulo VIII o art. 59º, com a epígrafe “Alterações ao Regimento”, passará a ter a seguinte redacção: “ O Regimento poderá ser alterado por maioria qualificada de dois terços dos elementos da Assembleia e em respeito pela Lei vigente”, o art. 59º passará a 60º e o 60º passará a 61º.

*Posta à votação a Proposta foi aprovada com 59 votos a favor, 9 votos contra e 10 abstenções. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

O **PRESIDENTE DA MESA** propôs que o ponto da Ordem de Trabalhos, denominado “Situação da Saúde no Concelho de Chaves”, passe para a próxima reunião da Assembleia Municipal. Ninguém se opôs.

### **PONTO 2 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL; JANEIRO**

**Dia 4** - Conselho Municipal de Juventude;

**Dia 6**- Reunião em Lisboa: informação sobre a reprogramação do apoio para o Arquivo Municipal de Chaves;

**Dia 10** - Reunião em Chaves da Comunidade Territorial de Cooperação do Vale do Tâmega. Visita à Zona de Localização de Actividades Económicas;

**Dia 12** - Conselho Regional: perspectivas 2007/2013;

**Dia 13** - Visita a uma nova Cozinha Regional (Cimo de Vila da Castanheira) apoiada pelo Gabinete Municipal;

**Dia 16** – 1ª. Reunião do Novo Conselho de Administração da Empresa Municipal;

**Dia 17** - Conselho Municipal de Educação;

**Dia 19** - Assembleia da AMTAD. Eleição do Conselho de Administração.

**Dia 20** - Apresentação em Lisboa, com a presença do Sr. Primeiro Ministro, do Projecto Turístico da UNICER para Vidago e Pedras Salgadas;  
- Assembleia - Geral da Chaves Viva: eleição dos novos corpos sociais;

**Dia 31** - Assembleia Geral do Eixo Atlântico.

### **FEVEREIRO**

**Dia 2** - Reunião com o Sr. Reitor da UTAD. Visita à Escola Superior de Enfermagem;

**Dia 4** - Presença do Sr. Secretário de Estado da Administração Interna no Aniversário dos Bombeiros Voluntários Flavienses;

**Dia 6** - Reuniões em Lisboa nas Secretarias de Estado do Ambiente, Desenvolvimento Regional, Transportes e Justiça;

**Dia 9** - Reunião em Vila Real com a Sr.ª Ministra da Educação: reorganização da Rede Escolar;

**Dia 14** - Congresso do Desporto: presença do Sr. Secretário de Estado em Chaves;



Dia 20 - Reunião na CCDRN: QRE 2007/2013;

**INFORMAÇÃO RELATIVA À SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO A 20 DE FEVEREIRO DE 2006.**

Conforme solicitado por V. Exas. cumpre-nos apresentar a informação relativa à situação económica e financeira do Município a 20 de Fevereiro de 2006.

**1- Execução do Plano Plurianual de Investimentos:**

2-Dotação Actual do PPI.....	34 399 643,59€
Dotação Cabimentada .....	24 892 014,02€
Taxa de Execução Física do PPI .....	<b>72,37%</b>

**2 – Execução do Orçamento:**

**2.1 . Execução do Orçamento da Despesa:**

Dotação Actual do Orçamento .....	54 935 144,76€
Dotação Cabimentada .....	31 828 519,50€
Grau de Execução do Orçamento da Despesa .....	<b>57,94%</b>

**2.2 . Execução do Orçamento da Receita:**

Dotação Actual do Orçamento.....	54 935 144,76€
Receita Liquidada .....	4 078 777,92€
Grau de Execução do Orçamento da Receita.....	<b>7,43%</b>

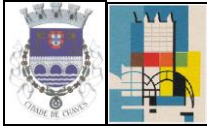
**3 – Situação das Responsabilidade Financeiras Assumidas pela Autarquia:**

**3.1 . Responsabilidades Financeiras de Curto Prazo:**

Data	Dívida de Curto Prazo
2005.04.21	8 770 883,97 €
2005.06.21	8 876 679,10 €
2005.09.09	9 217 566,66 €
2005.12.22	10 028 673,83 €
2005.12.31	9 947 882,99 €

**3.2 . Responsabilidades Financeiras de M/L Prazo:**

Data	Dívida de M/L Prazo
2005.04.21	14 215 614,52 €
2005.06.21	14 038 483,41 €
2005.09.09	15 728 379,19 €
2005.12.22	16 090 527,51 €
2005.12.31	16 274 707,51 €



Para discussão deste Ponto inscreveram-se os seguintes deputados:

**MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU – usou da palavra para dizer que a informação do Presidente da Câmara sobre a Actividade Municipal é pouco esclarecedora e que seu entender apenas cumpre as formalidades.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu ao Senhor deputado que não tem qualquer inconveniente em fornecer mais informação escrita, mas que o não tem feito porque existe um espaço para debate dos assuntos ali descritos.

### **PONTO 3 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2006 / RECTIFICAÇÃO;**

O **PRESIDENTE DA CÂMARA** esclareceu que por lapso não respondeu à intervenção do Senhor deputado Luís Dias de Carvalho, no período de “Antes da Ordem do Dia” e pediu ao Senhor Presidenta da Assembleia autorização para o fazer nesta altura. Depois de pedir desculpa ao Senhor deputado, disse acolher favoravelmente a sua proposta porque vem no sentido de enriquecer o nosso património cultural, avivar a nossa memória e reforçam a nossa identidade e a nossa história.

Relativamente ao ponto em discussão disse que a informação, vem efectivamente, para rectificar duas rubricas orçamentais, que, na apresentação dos Documentos Provisionais em 28 de Dezembro, estavam erradas.

*Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

### **PONTO 4 - PROPOSTA DE REGULAMENTO DA PLATAFORMA LOGÍSTICA INTERNACIONAL DO VALE DO TÂMEGA;**

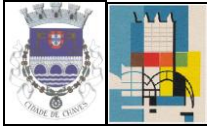
O **PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que a entidade promotora e detentora do loteamento da Plataforma Logística Internacional do Vale do Tâmega – 1ª. Fase, é a Câmara Municipal de Chaves e que a sua gestão foi atribuída ao Mercado Abastecedor da Região de Chaves SA. (MARC), onde a Autarquia detém 91% do Capital Social.

Com esta proposta de Regulamento a Autarquia estabelece as regras que disciplinam a instalação, gestão, condições de transmissão dos direitos de propriedade e posse dos lotes e funcionamento da referida Plataforma Logística, bem como o uso, transformação e ocupação do seu solo, de acordo com o loteamento previamente aprovado.

Disse ter estado recentemente com a Senhora Secretária de Estado dos Transportes, a qual fez questão de conhecer, e já solicitou os respectivos documentos referentes a este empreendimento, porque, no próximo dia 14 de Março, o Governo vai apresentar a nível nacional o conjunto de propostas de logística de transportes para o País. A Plataforma Logística de Chaves não é a maior, quer em termos de área, quer em termos de ocupação, ainda, mas no contexto das cinco principais ao País (Sines, Lisboa, Guarda, Leixões e Chaves), é a única que se encontra em construção, prevendo-se a sua conclusão efectiva até ao final do corrente ano de 2006. Isso significa que o Governo está a dar à logística de transportes a importância que realmente tem, no contexto de redução de custos e de resposta na eficiência da colocação das mercadorias nos respectivos locais.

Estamos convictos que a Fronteira de Chaves, tendo em conta o fluxo de tráfego que vem da Europa, com estas infraestruturas, será um eixo muito importante para o





## Assembleia Municipal de Chaves

ACTA número 01/2006

desenvolvimento de toda esta Região, quer em termos económicos, quer em termos de criação de emprego.

Termina pedindo a aprovação do Regulamento.

*Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.*

Esgotados todos os assuntos da ordem de Trabalhos e nada mais havendo a tratar, foi, pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão de que, para constar, foi lavrada a presente acta que vai ser assinada pelos Membros da Mesa e subscrita por mim Maria das Graças Alves, que a redigi .

O Presidente da Mesa \_\_\_\_\_

O 1º. Secretário \_\_\_\_\_

O 2º. Secretário \_\_\_\_\_